

Mutirão Da Vila Comunitária: Memória Social, Comunicação E Trabalho

Mutirão The Community Village: Social Memory, Communication and Work

Pablo Nabarrete Bastos.²

Universidade Nove de Julho

plobastos@hotmail.com

Resumo

Mutirão da Vila Comunitária foi o movimento social responsável pela construção da Vila Comunitária. A Vila Comunitária é um conjunto de 50 casas construídas por 50 famílias, por meio de mutirão autogestionário, na Vila Euro, em São Bernardo do Campo. A obra foi realizada entre 14 de junho de 1985 e quatro de abril de 1987. Além da memória oral do processo do Mutirão da Vila Comunitária, narrativas e história de vida, coletadas a partir de entrevista em profundidade com Seu Renato, uma das lideranças do movimento, pesquisamos narrativas de mulheres participantes do Mutirão, a partir de pesquisa documental, na revista *Mutirão da Vila Comunitária: A força da mulher na construção de 50 casas*, a comunicação popular do movimento que foi desenvolvida pelos mutirantes. Neste artigo, a interpretação sobre as narrativas do Mutirão da Vila Comunitária e suas memórias, a relação com o trabalho, com a comunicação, a cultura, a história, a sociabilidade, são aspectos trabalhados com centralidade. O objetivo principal deste artigo é demonstrar o processo dialógico de construção da memória coletiva, destacando a comunicação e o trabalho como dimensões fundamentais para o reconhecimento e a identificação comunitária.

Palavras-chave.

Mutirão, memória social, comunicação popular, trabalho, história oral.

Abstract.

Mutirão da Vila Comunitária was the social movement responsible for building the Community Village. The Community Village is a collection of 50 homes built for 50 families through self-management task force, in the Vila Euro in São Bernardo do Campo. The work was carried out between June 14, 1985 and April 4, 1987. Besides the oral memory of the process of Mutirão da Vila Comunitária, narratives and life history, collected from in-depth interview with Seu Renato, one of the leaders of the movement, narratives of women surveyed participants of Mutirão from documentary research, the journal *Mutirão da Vila Comunitária: the strength of women in the construction of 50 houses*, popular communication movement that was developed by mutirantes. In this

paper, the interpretation of the narratives of the campaign for Village Community and its memories, the relationship to work, with communication, culture, history, sociability, are aspects worked with centrality. The main objective of this paper is to demonstrate the dialogical process of construction of collective memory, highlighting the communication and working as key dimensions for recognition and community identification.

Keywords.

Task force, social memory, popular communication, work, oral history.

Introdução

Aturada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.

Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade*

Mutirão da Vila Comunitária foi o movimento social responsável pela construção da Vila Comunitária. A Vila Comunitária é um conjunto de 50 casas construídas por 50 famílias, por meio de mutirão autogestionário, na Vila Euro, em São Bernardo do Campo. A obra foi realizada entre 14 de junho de 1985 e quatro de abril de 1987, durante intenso processo de luta social e política, iniciada em 1982, protagonizada por agentes sociais permanecidos em grande parte anônimos para a historiografia e memória oficiais da região do ABC Paulista. O movimento social se iniciou na Sociedade de Amigos da Favela do Parque São Bernardo, entidade criada principalmente a partir da sociabilidade ensinada pela Igreja Nossa Senhora Mãe dos Pobres e a Pastoral Operária, o grupo de origem³ que levou à criação da Associação de Construção Comunitária por Mutirão da Vila Comunitária.

Certamente, o discurso hegemônico, da historiografia oficial da região, produzida e reproduzida pelos meios de comunicação do poder público e da mídia comercial, que confere miticamente o status de herói à elite política e econômica da região, que bajula a memória de opulência econômica das fábricas de automóveis e móveis, ofusca e oprime as histórias dos oprimidos, da classe trabalhadora, da gente comum cujas trajetórias e experiências erigem parte fundamental da vida cultural, social e política da cidade de São Bernardo do Campo e da região do ABC Paulista. Até mesmo para as memórias e a historiografia da classe trabalhadora, dos partidos políticos de esquerda e centrais sindicais da região, o Mutirão da Vila Comunitária não é um fato social que recebeu muita atenção, apesar de entre as lideranças do movimento haver sindicalistas e ex-sindicalistas. Não obstante, compreendemos que são memórias populares que nos auxiliam na tarefa de

“escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1994, p. 225).

Já houve tentativas na história política da região de ouvir e catalogar narrativas populares, porém, como é costumeiro, faltou às administrações públicas posteriores ouvir, auscultar e compreender essas histórias e falas como sementes de cidadania⁴. Conquanto a experiência do Mutirão tenha servido de estímulo e alento para outras experiências erigidas com o protagonismo das classes populares do ABC Paulista⁵.

Além da memória oral do processo do Mutirão, narrativas e história de vida, coletadas a partir de entrevista em profundidade com Seu Renato⁶, uma das lideranças do movimento, pesquisamos em pesquisa documental narrativas da memória oral de mulheres participantes do Mutirão, tornada memória escrita na revista *Mutirão da Vila Comunitária: A força da mulher na construção de 50 casas*. A revista foi desenvolvida pelos mutirantes, sob a organização e coordenação de Ana Luíza de Lyra Vaz, Assistente Social da Equipe de Habitação da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo-SP, que entrevistou 32 mulheres no período de janeiro a outubro de 1987, compreendendo o período de finalização das obras e após a construção da Vila Comunitária.

O modo como chegamos a essa revista denota a importância da comunicação popular para a construção e reconstrução da memória social e coletiva. Quando perguntado sobre a repercussão do processo do mutirão nos meios de comunicação do período, Seu Renato logo mencionou: “Temos a nossa revista do Mutirão!”. Sua afirmação e os dados coletados credenciam esta revista como comunicação popular do Mutirão da Vila Comunitária, como lastro para as memórias e sentidos sobre o Mutirão, construídos e em construção, e que ele e outros moradores da comunidade guardam com esmero⁷. É perceptível o valor dessa publicação no processo dialógico de permanente construção e legitimação das narrativas sobre a memória social e coletiva, que envolve também os demais trabalhadores e

trabalhadoras unidos pela identidade comunitária erigida no processo do mutirão. Identidade comunitária que, de alguma forma, permanece além das histórias e memórias aqui descritas e interpretadas. Claro que o ápice dessa identidade comunitária se deu no processo do mutirão, porém o sentido de comunidade permanece em espaços como o centro comunitário, a quadra, a horta comunitária e nas rodas de conversa que “puxam” as memórias de origem daquele espaço⁸.

Nesta interpretação sobre as narrativas do Mutirão da Vila Comunitária e suas memórias, a relação com o trabalho, com a comunicação, a história, a sociabilidade, os processos de produção e relações de produção são aspectos trabalhados com centralidade. Tomamos como ponto de partida conceitos centrais de Marx sobre objetivação social, a essência e o gênero humano. Utilizamos também conceitos de Agnes Heller sobre valor, a essência e o gênero humano. As concepções de memória trabalhadas neste artigo privilegiam o aspecto social, material e coletivo das lembranças em detrimento dos

aspectos de ordem psicológica e individual. Partimos de concepções de Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs e Luiz Roberto Alves. Para pensar as relações entre memória social e comunicação foi utilizada Marialva Barbosa. A pesquisa bibliográfica sobre mutirão foi realizada a partir de Edson Miagusko e Francisco de Oliveira. Para teorizar sobre espaço e tempo sociais e produção do espaço, utilizamos Henri Lefebvre e David Harvey. Com o objetivo de contextualizar economicamente, socialmente e politicamente o período histórico do mutirão trabalhamos com David Harvey, Lúcio Kovarick, Eder Sader e Luiz Roberto Alves.

O objetivo principal deste artigo é demonstrar o processo dialógico de construção da memória social e coletiva, destacando a comunicação e o trabalho como dimensões fundantes para o reconhecimento e a identificação comunitária. É fundamental deixar claro que não pensamos que as estratégias de mutirão sejam a saída para resolver os problemas da habitação popular. É uma estratégia de luta e apropriação dos meios de trabalho legítima e virtuosa enquanto prática social e política de exceção de uma comunidade, mas não como uma política que deva ser universalizada pelo poder público. Embora sejam reconhecíveis muitos valores dessa experiência democrática de objetivação social, como o fortalecimento da identidade comunitária e da solidariedade de classe, está muito longe de ser a solução para o problema da habitação para as classes populares. As disputas pela terra ocorrem por meio de lógicas distintas de produção do espaço social e estão ligadas a processo mais amplo de reprodução ampliada do capital no campo e da cidade, sustentado no antagonismo entre classes dominantes e a classe trabalhadora. Em suma, é uma questão que pode se resolver evidenciando a luta de classes. E o mutirão possui aspectos negativos que o sociólogo Francisco de Oliveira, crítico dos mutirões como estratégia de construção de moradias populares, evidencia. O texto de Francisco de Oliveira, de 1976, chamado *Crítica à razão dualista*, é um dos precursores da polêmica que estabelecia a relação funcional entre mutirão e sobretrabalho. Mais recentemente, em 2006, Oliveira voltou ao assunto com *O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. As constatações de Oliveira partiam de pesquisa sobre as condições de habitação dos pobres em Santos, litoral de São Paulo. O processo do mutirão transfere aos mutirantes o custo de sua reprodução. Ao destinar parte considerável dos seus salários para construção de suas casas, em empréstimos com o estado e poupanças privadas, os mutirantes economizam com outros custos de sua reprodução, como alimentação, educação e saúde, e rebaixam o valor da força de trabalho. Edson Miagusko faz a seguinte reflexão a partir das constatações de Oliveira:

“Assim, o processo de urbanização e acumulação capitalista se assentava no trabalho extra e na absorção dos custos da habitação pelas famílias de baixa renda e na desobrigação de o capital arcar com os custos de sua reprodução” (MIAGUSKO, 2011, p. 171). Outro aspecto apontado por Francisco de Oliveira, que não pode ser negligenciado, ocorre com a dialética negativa ensejada pelo mutirão, ao encobrir e não trazer à tona contradições estruturantes da luta de classes.

O mutirão é uma espécie de dialética negativa em operação. A dialética negativa age assim: ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores (OLIVEIRA, 2006, p. 72).

Microsocialmente, flagra-se a construção de sentidos críticos acerca do processo do trabalho, a solidariedade de classe entre os mutirantes e a classe trabalhadora em geral, porém, macrosocialmente, acarreta em sobretrabalho e reprodução da estrutura social.

1. O Mutirão no contexto das experiências democráticas dos anos 1980.

Há vasta produção científica a respeito dos mutirões, sobretudo a partir da década de 1990, tendo como principais objetos de análise os próprios programas habitacionais, as possibilidades emancipatórias do mutirão como projeto participativo, as relações entre arquitetos e mutirantes e as políticas de financiamento (MIAGUSKO, 2011, p. 170). No campo das ciências sociais, a ênfase recai sobre “as relações entre os movimentos de moradia, a produção da casa e do projeto participativo, que apontam práticas autônomas e emancipatórias nessas dimensões” (MIAGUSKO, 2011, p. 170). Edson Miagusko aponta que a maioria dos estudos ressalta as possibilidades emancipatórias do mutirão, que se contrapõe às características impositivas das políticas habitacionais do Estado (MIAGUSKO, 2011, p. 170). Esse artigo procura demonstrar o aspecto emancipatório do Mutirão da Vila Comunitária, porém com ressalvas e ponderações para não cair em certa “mitologia emancipatória” do mutirão autogestionário apontada por Miagusko (MIAGUSKO, 2011).

Aspecto importante a ser destacado é o crescimento dos movimentos por moradia, dos quais as estratégias de mutirão autogestionário fazem parte, no contexto das experiências democráticas dos anos 1980. Esse período histórico entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980 é marcado pelo nascimento de diversos movimentos sociais, culturais e políticos representativos da organização e consciência política das classes populares. Entre os fatores históricos, destacam-se a reestruturação econômica global, a crise econômica nacional iniciada no final da década de 1970, o processo de redemocratização do país e o crescimento de mobilizações da sociedade civil, novos movimentos sociais e atores históricos lutando por cidadania a justiça social com diferentes matizações simbólicas e políticas, como o Novo Sindicalismo, os Clubes de Mães e as Comunidades Eclesiais de Base, que Eder Sader analisou (SADER, 1995). Na avaliação de Eder Sader, o período de 1978 a 1985, entre as greves do ABC Paulista e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, provavelmente ficará marcado, na história política do país, como o momento decisivo para reforma do sistema político. Na década de 80, também há mudanças significativas no campo das ciências sociais e das ciências da comunicação para interpretação desses novos fenômenos sociais, da

emergência da sociedade civil e suas formas de lidar com as construções simbólicas das indústrias culturais e dos meios de comunicação de massa.

Na avaliação de Eder Sader, o corolário do fechamento do Estado foi a desconfiança dos sujeitos, intelectuais acadêmicos e militantes, diante das instituições políticas e seu sistema de mediações, ao “Estado como lugar e instrumento privilegiados das mudanças sociais.” (SADER, 1995, p. 33). Com isso há uma nova valorização da sociedade civil, muitas vezes de forma exagerada, e a criação de novos sujeitos históricos e novos espaços políticos, como o cotidiano. Essa mudança de sentido ocorre amiúde durante a década de 70. “Creio que estas mudanças constituem um efeito retardado e mais profundo das derrotas dos anos 60. Elas expressam uma crise dos referenciais políticos que balizavam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade em nosso país.” (SADER, 1995, p. 33). O autor aponta que na primeira metade da década de 70, as representações das classes populares expressavam uma situação de submissão aos interesses do capital e ao Estado autoritário. É na segunda metade da década que surgem textos marcando um posicionamento político antagônico, no qual os movimentos operários e populares aparecem contestando e protestando contra a ordem social vigente. Eder Sader identifica três matrizes básicas ao analisar os novos movimentos sociais que surgem no final da década de 1970 e que, na visão do autor, constituem um novo sujeito histórico: as comunidades de base, uma esquerda em crise e o “novo sindicalismo” (SADER, 1995). Como veremos a seguir, principalmente as comunidades eclesiais de base e o novo sindicalismo tiveram importante papel para a criação do Mutirão da Vila Comunitária.

1.1 O contexto histórico do ABC Paulista nos anos 1980.

Nesse momento histórico a região do ABC Paulista ganha projeção nacional, com repercussões nas áreas política e científica, principalmente com o crescimento do “novo sindicalismo”, mas também por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Associações de Mães bastante atuantes nos municípios do ABC Paulista desde o final da década de 1970. Foi também no final da década de 1970, no ABC Paulista, que eclodiu o ápice da greve em que a massa operária, o conjunto de trabalhadores, conseguiu unir toda a classe por condições mais dignas de trabalho, salários melhores, paralisando a produção de todas as grandes indústrias da região. Esse processo de luta fecundou o Novo Sindicalismo. Na esteira desse processo surgiram, no início dos anos 80, o Partido dos Trabalhadores (PT) e depois a Central Única dos Trabalhadores (CUT), instituições que tiveram importante papel no processo de redemocratização do país.

Luiz Roberto Alves trabalha o universo simbólico da região a partir da criação de três macrossignos - elaborados a partir da história política, social e cultural, das memórias, das ações da sociedade civil organizada e do poder público do ABC Paulista -, são eles: as passagens, a industrialização e a agudização das relações entre capital e trabalho (ALVES, 1999).

Dos anos 50 ao final dos 70, a região passa por vertiginoso processo de crescimento econômico e demográfico, devido ao grande fluxo migratório, em sua maioria de trabalhadores norteados pela possibilidade de inserção no mercado de trabalho, pelo sonho de uma vida melhor. O espaço urbano, paulatinamente configurado com centenas de indústrias, concentrou na região um grande contingente de trabalhadores, migrantes, imigrantes e nativos, de massa humana e de capital simbólico que era incessantemente trabalhado, gerando efervescentes e criativas manifestações políticas da sociedade civil organizada.

Mas o discurso e a prática opulentos foram cobrados. A concentração humana criada em torno da sofisticação industrial e da vanguarda econômica produziu a intercomunicabilidade, que tornou visíveis os frutos desse tipo de progresso e lançou luz sobre a ausência, o abandono e o esbanjamento. É necessário lembrar que durante a ditadura militar o Grande ABC foi palco de contínuos movimentos artísticos, operários – especialmente em torno da Igreja – e de bairros, ligados a algumas associações. (ALVES 1999, 57).

A região do ABC Paulista, especificamente São Bernardo do Campo, é o espaço social onde se desenvolve o Mutirão da Vila Comunitária. No início da década de 1980, a região, que viveu momentos de opulência econômica entre os anos de 1950 e o início da década de 1970, sentia os impactos dos processos acima mencionados: a reestruturação produtiva do capital, a crise econômica nacional, a favelização e o surgimento dos novos movimentos sociais (HARVEY, 1993; KOWARICK, 2002; SADER, 1995). No final da década de 1970, como reflexo das mudanças econômicas, há vertiginoso crescimento do número de favelas. De acordo com dados da revista sobre o Mutirão: em 1987, a cidade de Santo André passa de dois núcleos favelados para 79; São Bernardo do Campo passou de 34.000 favelados, em 1978, para 120.000, em 1987, distribuídos em 82 núcleos e representando 20% da população; e em Diadema, dos 370 mil habitantes, 100 mil eram favelados, quase 30% da população (VAZ, 1987, p. 3).

Os setores progressistas e combativos dessas antigas povoações de passagem descobriram que o cerne de suas cidades revelava a constituição de linguagens constituintes de pluralidade, isto é, a concentração dos diferentes e distantes sob o diapasão da modernidade industrial. (...) O ajuntamento produz uma antropologia da comunicação, pois as passagens, perigosas pela fugacidade, também possibilitaram encontros. (...) Então, à contínua semântica da pequenez e do isolamento atribuídos pelas elites às ações de colonos operários e cidadãos, opõe-se a semântica da massa-resultante-daconsiência. Por isso,

a alta criatividade dos movimentos populares dos anos 70 e 80, ponto de encontro da maturação do significado da cidade industrial. (ALVES 1999, 44-45).

O período ao qual Celso Daniel se refere como o início da crise econômica na região foi causado, sobretudo, segundo o autor, por fatores nacionais, a saber: o processo de descentralização da indústria para fora da Região Metropolitana de São Paulo, no final da década de 70, com o ABC Paulista perdendo o quase monopólio da indústria automotiva; e na década de 80, a chamada década perdida, ocorre o “momento de esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista em que a economia se estagna, após décadas de crescimento acelerado” e “o ABC Paulista sente mais que proporcionalmente as mudanças de conjuntura econômica.” (DANIEL, 2001, 73). É nesse momento que surge o Novo Sindicalismo, com destaque para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que foi objeto de análise de inúmeras teses acadêmicas. Além da forte coesão em torno da classe operária, aglutinada em torno de reivindicações salariais e maiores benefícios para a classe, o Novo Sindicalismo foi símbolo por transcender as questões político-partidárias na luta por mudanças no país, constituindo-se, segundo Eder Sader (SADER, 1995), como um novo sujeito coletivo no processo histórico. Para Alves,

No final dos anos 80 já se reconhece uma nova geografia industrial, com fechamento e ameaça de fechamento de fábricas e sua transferência para os pólos emergentes, notadamente no interior do Estado. (...) Os salários das faixas intermediárias sofrem melhoria, mas o número de desempregados aumenta. Os núcleos de favela não são os conhecidos 36, mas próximos de 100, com uma população que passa de 120.000 pessoas. (...) Há um conflito contínuo entre as demandas de habitação e a proteção aos mananciais, tendo pelo meio corrupção e clientelismo. (ALVES 1999, 50).

2 Memória social, comunicação e trabalho

Este artigo trata da memória como fenômeno social. Nesse ínterim, mesmo as experiências e memórias individuais do nosso entrevistado, Seu Renato, estão envolvidas pela memória social e coletiva. Tratar a memória como fenômeno social envolve pensar as relações entre os grupos sociais, as formas de sociabilidade, a cultura, a comunicação, a comunidade, os elementos que constituem o prisma a partir do qual o indivíduo visualiza e organiza as lembranças, imagens e palavras que compõem as narrativas de suas reminiscências. Dialogia que tem no tempo, no espaço e na linguagem os pontos de ancoragem com os quais o pensamento conta como esteio para vagar, organizar e reorganizar os sentidos da memória. Tempo, espaço e linguagem que Maurice Halbwachs, precursor de uma teoria da memória coletiva, entende como quadros sociais

da memória privilegiados. “Cada grupo, segundo ele, possui uma memória que evoca (quadros) quando quer lembrar de algo vivido dentro deste grupo. E esta evocação diz respeito à simbolização realizada pela linguagem e à localização espaço temporal da lembrança, essência mesmo da memória” (BARBOSA, 2004, p. 8).

Memórias individuais e coletivas possuem nas ordenações do espaço e do tempo, organizadas no fluxo das narrativas, eixos de ancoragem para compreensão, localização e reconhecimento no curso histórico social, biográfico e suas relações. David Harvey afirma que, da perspectiva materialista, as concepções do espaço e do tempo são engendradas por práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Para Lefebvre, o espaço e o tempo são produtos sociais, “aspectos integrais da prática social” (SHCMID, 2008, p. 4). A produção do espaço segue a lógica da produção de mercadorias, logo fetichiza, dissimula relações sociais, no entanto possui especificidades: é produto e meio de produção, condição e resultado, integrado socialmente às forças produtivas, natureza, técnicas, conhecimento, ao Estado e às superestruturas. Lefebvre argumenta que a produção do espaço não se limita ao desenvolvimento das forças produtivas, mas que substancia a unidade entre: “as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado)” (LEFEBVRE, 2000, p. 24). No capitalismo, o espaço, o tempo e suas concepções são produzidos socialmente de modo estratégico⁹, seguindo interesses de classe, como concebe Lefebvre. Torna-se um desafio para a memória social partir de materiais e concepções, linguagem, imagens, ideologia, que sirvam à libertação, à emancipação e não à reprodução das estruturas e relações sociais de produção.

Na intersecção entre memória social, a comunicação e o trabalho a questão do poder se destaca. Há intensa disputa de poder entre grupos e classes sociais para trazer à tona as lembranças e esquecimentos das narrativas históricas. Como alerta Jacques Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.426).

A luta pela memória compõe a pauta de diversos movimentos sociais que buscam tensionar as estruturas de poder¹⁰. Para as culturas populares que contam somente com a oralidade, certamente essa luta, encampada por mestres populares e griôs, é ainda maior. Isso porque a comunicação impressa e audiovisual constituem importantes mecanismos de poder para a construção e reconstrução da memória social e coletiva. A questão do trabalho, da objetivação social, também é fundamental para a memória social pela dimensão ontológica, sendo componente central na sociabilidade e na tessitura da memória social e coletiva. E o grau de organização e consciência política e social da

classe trabalhadora, das classes populares, e a sua capacidade de salvaguardar suas memórias, esquecimentos e lembranças da sua história são diretamente proporcionais. Esse é um problema que pode aparecer em movimentos de luta pela terra, por moradia e estratégias de mutirão autogestionário: após a conquista da terra e da moradia e identidade de comunidade e luta pode se esvaecer com o tempo, isso se não forem mantidas a consciência política e renovadas as estratégias e pautas para a transformação social.

2.1. Memória social e comunicação

Os conceitos de memória individual, social e coletiva utilizados nesse artigo compõem o chamado primeiro sistema de Maurice Halbwachs (BARBOSA, 2000, p. 8). Partindo deste autor, mesmo a memória individual é de natureza social. O indivíduo quando busca trazer o

seu passado ao presente, nessa dialética entre lembrança e esquecimento, sente a necessidade de dialogar com a lembrança dos outros, das comunidades, dos grupos sociais dos quais fez parte. Essa memória vivenciada dentro dos grupos sociais, de pertencimento, de comunidades das quais fez ou faz parte, é a memória coletiva.

Como nos mostra Ecléa Bosi, ao interpretar a obra de Halbwachs, a memória do indivíduo depende das relações e grupos dos quais faz parte: a família, classe social, Igreja etc. (BOSI, 1994, p. 53-54). Outro aspecto fundamental é que o caráter livre e espontâneo da memória é excepcional, está no inconsciente do sujeito. Portanto, a faculdade de lembrar exige trabalho. E trabalho a partir dos materiais e concepções que temos à disposição no momento presente (BOSI, 1994, p. 55). A memória não está sendo traída pelo pensamento no momento da rememoração, mas sendo refeita e revivida a partir de seus traços fundamentais que mantém sentido e marcam o presente; a partir de repertório, palavras, imagens, em suma, por matizações ideológicas do presente, sofrendo inevitavelmente modulações por esse novo prisma.¹¹ E esses pontos de referência pelos quais o indivíduo se localiza e reporta em suas lembranças são desenvolvidos pela sociedade, assim como as palavras, imagens e ideias utilizadas na rememoração (HALBWACHS, 1990, p. 54).

É nesse aspecto que a comunicação, seja como instância de sociabilidade, seja como construção popular e comunitária, seja como instituição mercadológica, se destaca como dimensão privilegiada na construção da memória social e coletiva ao municiar os indivíduos e grupos sociais desse repertório de palavras, ideias, símbolos, imagens e recortes da realidade utilizados na rememoração. As imagens, a partir de fotos, filmes e outros suportes midiáticos têm importante papel na retenção das lembranças e no constante rearranjo das memórias coletivas, enquanto que a escrita confere um caráter oficial, e até doutrinador à memória (BARBOSA, 2004, p. 6). Nesse sentido, Jacques Le Goff atesta que os jornalistas são “senhores da memória” (LE GOFF, 1990). Marialva Barbosa salienta que “os jornalistas fazem a memória” (BARBOSA, 2000, p. 1) porque

é papel da mídia selecionar e lembrar temas, assuntos e conflitos em detrimento do esquecimento de outros.

“Essas capacidades geradoras, atribuídas à língua e a quem detêm o poder de nomeação na sociedade, são suportes por excelência de poder” (BARBOSA, 2000, p. 2). E é sempre importante ressaltar que a mídia comercial e corporativa compõe o “bloco de poder” estabelecido, gramscianamente, e legitima os núcleos e estruturas de poder estabelecidos, sendo campo estratégico para a hegemonia. Quando os excluídos e oprimidos aparecem é por conta de fatos e problemas de grandes repercussões, como greves, catástrofes, manifestações, crimes, acidentes etc. O trabalho da comunicação popular e alternativa é fundamental nessa luta contra-hegemônica, entre outros fatores, por proporcionar o repertório simbólico pelo qual as classes populares se espelham no trabalho de prospecção das suas memórias. Conforme Marialva Barbosa:

Constituindo os acontecimentos os meios de comunicação tornam-se, portanto, senhores da memória da sociedade. Transpondo fatos para a categoria de acontecimento (definido como descontinuidade constatada a partir de um modelo de normalidade considerado a priori), privilegiam determinadas informações em detrimento de outras (BARBOSA, 1999, p. 4).

Ecléa Bosi nos mostra que no processo de construção social da memória o grupo trabalha em conjunto e tende a legitimar seu olhar sobre os fatos, sua narrativa, sua imagem da história, a partir de uma “versão consagrada dos acontecimentos” (BOSI, 1994, p. 67). Luiz Roberto Alves postula que a narrativa oral é uma das expressões privilegiadas da memória popular, “tanto porque evidencia leituras diacrônico-sincrônico da realidade como cria uma ou mais comunidades de informação” (ALVES, 1999, p. 73). E sustenta que o narrar é um acontecimento coletivo, no qual a cultura aparece como mediação central, sobretudo por meio da palavra, e a integralidade como horizonte (ALVES, 1999, p. 75).

Quando seu Renato iniciou a narrativa sobre a história de construção do Mutirão da Vila Comunitária, sua primeira grande preocupação era que ele precisava falar com seus companheiros de luta, logo citou seu amigo Zé Albino como importante aliado, para que também fossem testemunhas, co-autores e legitimadores do seu depoimento. “Eu vou conversar com o Zé, dizer que passei isso aí, e ver se ele quer alterar alguma coisa também né”. Essa fala atesta o aspecto coletivo da narrativa oral de sua memória. Mesmo sua memória individual não está isolada, fechada, principalmente quando o objeto da rememoração buscado pela sua consciência é fruto de sociabilidade, de trabalho coletivo, o que amplia a exigência das lembranças dos outros, dos companheiros que fizeram parte de sua história.

2.2. Memória social e trabalho.

Quando se evidenciam o aspecto social e coletivo da memória, também se destaca o homem genérico e conseqüentemente o trabalho, componente ontológico. Nas

narrativas sobre a memória, o trabalho aparece como elemento central, como alicerce da identidade individual e coletiva. Para desenvolvermos esse tema, torna-se necessário tecermos algumas considerações primárias acerca dos sentidos do trabalho no capitalismo e as brechas para possível emancipação do sujeito. Em suas pesquisas sobre o mundo do trabalho e a recepção da comunicação no mundo do trabalho, Roseli Figaro conclui que o mundo do trabalho constitui mediação central na recepção dos meios de comunicação e que as relações de trabalho engendram o olhar a partir do qual o receptor se relaciona com as representações do mundo e seus sentidos (FIGARO, 2002, *online*).

O homem convive com a individualidade e a genericidade, particularidade e universalidade. Não obstante, a essência humana é histórica. É por meio da objetividade social, sustentada em determinada estrutura social, que o homem produz e reproduz a história. Compõem a essência humana as características e possibilidades concretas do gênero humano (HELLER, 2004). Seguindo raciocínio de Geörgy Markus sobre a obra de Marx, na qual analisa conceitos que o autor desenvolveu na juventude e manteve na maturidade, Agnes Heller apresenta as seguintes componentes da essência humana: o trabalho (a objetivação), que possui a capacidade de criar e transformar; a sociabilidade, as relações sociais e humanas; a universalidade, o que unifica todos os homens segundo o gênero humano; a consciência, capacidade de compreender a si e o mundo, como indivíduo e comunidade, classe social e gênero humano; e a liberdade, categoria central para que todas as outras se manifestem (HELLER, 2004, p. 4).

Partindo de Feuerbach, Marx concebe “vida genérica” e “ser genérico” como o ser social. O homem não possui apenas a consciência individual, porque é consciente como membro da comunidade humana, do gênero humano, cuja centralidade está na atividade produtiva, vital, objeto da vontade e consciência livre. O homem não produz sem a natureza, que proporciona os meios de existência física do trabalho e do trabalhador. O produto do trabalho do homem é a objetivação do seu trabalho e a realização do trabalho é concomitantemente a sua objetivação. No modo de produção capitalista, a objetivação tem como corolários a perda do objeto, que aparece como algo estranho, alheio; e a alienação do trabalhador com relação ao objeto do seu trabalho, com relação à atividade produtiva, com relação a si mesmo e aos outros homens. O seu trabalho não lhe pertence, pertence ao outro, e a consequência é a perda de si mesmo. O trabalho alienado “transforma a vida *genérica* em meio de vida individual” (MARX, 2011, p. 116). Desse modo:

A vida produtiva, entretanto, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital está todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. (...) O trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto ser lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio de sua *existência* (MARX, 2011, p. 116).

Na sociedade capitalista, a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho e “a relação dos homens entre si como possuidores de mercadorias é a relação social dominante” (MARX, 2010, p. 82). Quando os produtos do trabalho humano, abstração concreta, são gerados como mercadoria são indissociáveis do fetichismo. A mercadoria, a geração de mercadoria, oculta a produção e relação material e social do trabalho humano - trabalhos individuais dos produtores, suas relações e o trabalho total - desse modo, as relações sociais de produção do trabalho aparecem sob a forma de relações sociais entre produtos. “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de relação entre coisas” (MARX, 2010, p. 94).

No processo produtivo que utiliza o método do mutirão autogestionário, o seu trabalho e o produto resultante do seu trabalho lhes pertencem. Desse modo, embora ainda fazendo parte da cadeia produtiva do sistema capitalista, de sua estrutura, o sistema do mutirão autogestionário fortalece a consciência do trabalho, do processo produtivo, a identidade comunitária, a consciência política e a solidariedade de classe. Conquanto existam organização e lideranças no processo produtivo, não há a presença do capitalista nem da chefia, portanto, microssocialmente, não há exploração, opressão e expropriação do trabalhador, as decisões são tomadas coletivamente. Há o sentimento de liberdade no trabalho, como atestam os depoimentos. Porém é inegável que na totalidade dos processos, as contradições do capital estão sendo reproduzidas. Roseli Figaro sugere a seguinte reflexão:

Este círculo que aparentemente parece vicioso só é rompido quando o sujeito retorna ao mundo do trabalho e busca, no contexto da própria lógica da expropriação capitalista, reapropriar-se de seu saber, de seu SER trabalhador.

Este momento de “reencontro” consigo mesmo, com seu ser genérico dá-se no próprio mundo do trabalho, mas dá-se não em totalidade, e sim como processo de conscientização. Dá-se como busca e luta pela sua integralização. Este SER trabalhador reencontra-se ao buscar controlar seu próprio trabalho, desenvolvendo uma profunda relação com aquilo que faz, tentando contrapor-se ao controle que lhe vem de fora, dos processos e mecanismos de organização do trabalho ditados pelo capital. É na esfera das micro-relações que o sujeito busca manifestar sua totalidade de ser genérico (FIGARO, 2002, online).

3 Mutirão da Vila Comunitária.

A reconstituição histórica do Mutirão será exposta a partir das memórias coletadas na pesquisa documental, a partir da revista *Mutirão da Vila Comunitária: A força da mulher na construção das cinquenta casas*, e por meio da narrativa e história de vida do Seu Renato, uma das lideranças. A Assistente Social Ana Luíza de Lyra Vaz, integrante da equipe do Mutirão e organizadora da pesquisa e publicação do movimento,

optou por trabalhar com pseudônimo das entrevistadas, de acordo com a vontade das próprias, com a intenção de não personalizar a experiência. Ela coletou somente o depoimento das mulheres, que tiveram papel central no processo do Mutirão. A equipe técnica da assessoria do Mutirão também contou com a participação de José Carlos Brito e os arquitetos: Laila Mourad e Leonardo Pessina.

Não é possível afirmar que o destaque conferido às mulheres no processo do Mutirão, na fala do Seu Renato, é corolário do foco dado a elas na revista do Mutirão. A seção de

Apresentação da revista é iniciada com o seguinte parágrafo: “A equipe de habitação da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo apresenta com orgulho este trabalho que mostra a força e determinação das mulheres na construção de 50 casas por Mutirão da Vila Comunitária”. As narrativas do Seu Renato e das mulheres entrevistadas mostram que elas foram protagonistas, lado a lado com os homens, e muitas vezes na liderança dos trabalhos. Mesmo não sendo possível afirmar até que ponto a comunicação da revista orienta as suas lembranças, é flagrante o diálogo que Seu Renato faz com a revista, recorrendo às suas narrativas, palavras e imagens para evocar as suas memórias: “Todo mundo, todo mundo. Inclusive minha esposa ta na revista, minha menina de colo ta... na revista. Nossas esposas fizeram 60% da construção aqui... nossas esposas”.

A revista conta com quinze seções: Apresentação; Introdução; Como foi essa história; O regulamento de obra e a diretoria; As horas de trabalho no mutirão; A participação dos arquitetos no projeto; O que representa a casa; As mulheres na obra; Relação homem x mulher no mutirão; A organização das mulheres no Mutirão; A participação em outros movimentos, a relação com o poder público e a solução para a habitação popular; A visão da mulher na sociedade; Anexo; As mutirantes; Ficha Técnica. Não é o objetivo deste artigo fazer uma análise exaustiva da revista, mas utilizá-la para pensar as relações entre memória social, comunicação e trabalho e reter alguns depoimentos que nos ajudam a entender a história do Mutirão da Vila Comunitária. O tom da revista é laudatório com relação aos benefícios do mutirão como processo comunitário de trabalho produtivo, o que, segundo a organizadora e coordenadora da publicação: “colabora profundamente no crescimento pessoal e coletivo dos participantes e na construção de uma sociedade mais justa e democrática” (VAZ, 1987, p. 2). Concordamos com muitos dos benefícios apontados, porém não podemos deixar de ter um olhar crítico e atento com relação aos riscos e problemas dessa estratégia de luta e trabalho produtivo supracitados.

3.1. Histórias e memórias do Mutirão da Vila Comunitária.

Seu Renato fez um longo depoimento, que se alongou devido à vontade, curiosidade e à insistência que tivemos em querer ouvir, entender e participar das suas memórias, em entrevista que teve como proposta inicial a narrativa de um evento

memorável em sua história de vida¹². Inicialmente, com um misto de timidez e modéstia diante do pesquisador, seu caderninho e seu gravador, ele insistia em dizer que não tinha muito o que contar. No decorrer da conversa, no processo de comunicação, olhos, gestos e memórias trabalhando, lembranças emergiram puxando outras lembranças e pudemos compreender a afirmação de

Ecléa Bosi de que “a narração é uma forma artesanal de comunicação. Ela não visa transmitir o “em si” do acontecido, ela o tece até atingir uma forma boa” (BOSI, 1994, p. 88).

Seu Renato, Renato Heleno do Amaral, nascido em 27/03/1950, em Cataguases, Minas Gerais, ele diz que “graças a Deus” é mineiro, é também orgulhosamente motorista do jornal ABCD Maior, que cobre toda a região do ABC Paulista. Orgulhosamente porque faz o que gosta, adora dirigir, e porque trabalha em um jornal ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos, um jornal de esquerda, ligado à classe trabalhadora. Sindicato que foi e ainda é “escola política” de muitas lideranças que se formaram na região, como o ex-presidente Lula, e do qual Seu Renato foi filiado quando trabalhava na fábrica da Mercedes-Benz. Ele diz que ainda se sente parte do Sindicato dos Metalúrgicos, como uma família, onde estão muitos amigos e companheiros de luta. Ele diz que o Sindicato é sua segunda casa e o Jornal ABCD Maior é a terceira. É casado, pai de três filhos e considera a Vila Comunitária a sua quarta filha. “Eu considero a Vila Comunitária como minha quarta filha. Tenho três filhos. A Vila Comunitária é como minha quarta filha. Eu gosto demais de lá, gosto mesmo”. Quem conhece a Vila hoje, com quadra, horta, centro comunitário se encanta ao ouvir as memórias da construção daquele lugar, vivas nas falas dos seus moradores. Vila que foi construída coletivamente durante um longo processo de sonhos e lutas.

Ao narrar sua história de vida, o trabalho aparece como grande alicerce que sustenta sua memória individual, coletiva e sua identidade cultural. Ele trabalhou na roça com o pai e quando tinha entre 13 e 14 anos, já em São João do Nepomuceno, também em Minas Gerais, começou a trabalhar na fábrica de tecidos *Fiação Tecidos Sarmento*. A fábrica faliu e ele foi para o Rio de Janeiro trabalhar na também fábrica de tecidos *Moinho Inglês*. A fábrica também faliu e ele foi pra São Paulo trabalhar em uma fábrica de tintas, mas começou a prejudicar sua saúde e ele foi trabalhar na Fábrica Matarazzo, em São Bernardo do Campo. E já no final dos anos 1970, foi trabalhar na fábrica da Mercedes, quando se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos e participou das greves, que entraram para a história como símbolo do processo de redemocratização do país.

Devido a sua participação nas greves, Seu Renato foi demitido juntamente com outros funcionários. Ele já fazia parte da comunidade de base do Parque São Bernardo, onde morava e frequentava a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Pobres. Ele e seu amigo, Zé Albino, faziam parte da Pastoral Operária e decidiram iniciar luta por moradia, pra construir suas próprias casas e sair da precariedade das habitações da favela. Ele recorda

dos amigos e companheiros de luta: Waldomiro, Cida Barroso, Serafim e Remi como os pioneiros dessa empreitada.

A história do Mutirão da Vila Comunitária nasce em 1982, fecundada pela sociabilidade entre moradores da favela do Parque São Bernardo, sobretudo em torno da Igreja, e pela ampliação da consciência política da classe trabalhadora, da comunidade na relação com o Estado, nas instâncias municipal e estadual. Em pesquisa de livre-docência sobre o Bairro do Limão, em São Paulo, Seabra faz uma constatação, flagrante em outros bairros de São Paulo e Grande São Paulo, de que, apesar da supremacia do Estado, a Igreja tem enorme presença na vida do bairro, sobretudo com a moral cristã (SEABRA, 2003, p. 23-24). As comunidades eclesiais de base tiveram importante papel nos trabalhos junto às comunidades periféricas desde a década de 1960, contribuindo em diferentes frentes de luta, sobretudo para atender às necessidades básicas da população, como alimentação e moradia, estando inclusive na matriz histórica de movimentos como o MST¹³.

A primeira instância de organização e mobilização dos moradores da comunidade foi a Sociedade Amigos da Favela do Parque São Bernardo, ligada à Pastoral Operária. Também contaram com o apoio do CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social – e da CEBEMO – Entidade Filantrópica e Religiosa Holandesa.

Segundo relato de Glória (VAZ, 1987, p. 5), as primeiras pessoas que se mobilizaram para a construção foram: Zé Albino, Renato (nosso entrevistado), Valdomiro, Noel, Dino, Lurdes, João Fazendeiro, Alvineia e Jonas. Tiveram também importante papel: Serafim, que era Presidente da Sociedade Amigos do Parque São Bernardo e o Remi, que era Diretor. Outros que contribuíram para o desenvolvimento da ideia foram Norberto e Zé Carlos, da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo. Essas pessoas já tinham participado de lutas anteriores, como a mobilização pela construção do Sacolão, local onde pessoas de baixa renda pudessem comprar alimentos a baixo custo. Foram elas que passaram a convocar e arregimentar os moradores do bairro para lutar pelas casas. Lutar era um verbo fundamental que não foi muito compreendido por muitos que acharam que o sonho de ter uma casa seria realizado como num passe de mágica e desistiram no meio do caminho. Após a mobilização inicial começaram a se organizar em Assembleia para definirem os caminhos do movimento.

No processo de mobilização para encontrar um espaço onde pudessem construir suas casas, identificaram um terreno de 10 mil m² em frente à fábrica da Scania, que pertencia à Cúria Diocesana. Decidiram procurar Dom Cláudio, Bispo da Diocese de Santo André. No início, o Bispo não acreditou muito no projeto, a Igreja não poderia doar, então conseguiram negociar o pagamento: 9% do salário mínimo durante oito anos. Começaram a batalhar pelo material de construção e financiamento. Depois de longo processo de negociação, conseguiram junto à Companhia de Desenvolvimento de Habitação do Estado de São Paulo, ligada à Secretaria de Habitação, negociar o pagamento de 21% do salário mínimo durante 10 anos. Os depoimentos mostram como

os agentes sociais enxergavam com desconfiança e desilusão os programas do Banco Nacional de Habitação (BNH), principal política do governo federal para habitação no período, que, segundo eles, eram casas muito pequenas e demorava a vida inteira pra pagar.

Simples ex-metalúrgicos. Na cabeça deles passava o seguinte já pensou se esses cara segue um risco lá na frente? Eu acho que eles pensava isso. Só provamos por a+b que tem condição do cara trabalhar. Naquela época comandava era o BNH. Até isso nós fizemos, provamos que tem condições de fazer. Nós fizemos a nossa, eles fizeram as deles lá. Pra você ter uma casa no BNH, você tem que morrer pra ter uma casa. Você não vai terminar de pagar nunca na vida. E nós provamos. Pagamos o terreno. (Depoimento do Seu Renato).

No momento de fazer a negociação com a Prefeitura de São Bernardo do Campo, o prefeito Aron Galante estava ausente e tiveram que dialogar com o vice-prefeito, Walter Demarchi, que se negou a negociar com os agentes sociais. Através da Pastoral Operária entraram em contato com João Paulo, que era prefeito de Campos do Jordão e após negociarem o pagamento do óleo das máquinas, mandou duas delas para fazer a terraplanagem. Tiveram problemas com a polícia que queria tirá-los do terreno. Os dizeres da placa que colocaram para marcar o início da obra - **Associação de Construção Comunitária por Mutirão. Comunidade organizada constrói com suas mãos** -, que Seu Renato recorda com emoção, sintetiza bem o sentido do movimento e do que a atividade produtiva daquelas pessoas estava gerando como produto do seu trabalho. Trabalho consciente, livre da hierarquia do chão de fábrica com a qual muitos estavam habituados, com ferramentas, mentes, mãos e espíritos alinhados na construção de suas próprias casas.

A maioria dos agentes sociais não tinha experiência com construção civil. Fizeram curso no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de pedreiro, eletricitista, encanador e soldador. As mulheres tiveram papel fundamental. Decidiram em assembleia que cada família dedicaria 80 horas de mão de obra por mês para a construção do mutirão, o que dava 20 horas de trabalho semanais para darem conta do serviço. Depois, com o excesso de trabalho exaustivo, diminuíram para 64 horas semanais. Como a maioria dos homens trabalhava em fábrica como operário, as mulheres foram as principais responsáveis pela construção das casas e vigilância do terreno.

Nós fizemos curso no SENAI. O SENAI deu curso de tudo, pedreiro, eletricitista, encanador, soldador. Todo mundo fez, ninguém era pedreiro. Aprendemos através dos cursos do SENAI. Sessenta por cento da construção foi feita por nossas esposas, cavava valeta, levantava as paredes, fim de semana os marido vinham colocar laje. (Depoimento do Seu Renato).

O processo de construção foi pesado, sem dia para descanso. Pegavam condução, andavam a pé com marmita, ferramentas, alguns com filhos no colo, mas com a alegria de saber o que estavam construindo.

A gente saía de lá a pé. Vinha até aqui embaixo pra pegar o ônibus pra ir para casa. Era uma alegria. Fim de semana, domingo, se já ouviu falar mexidão? Todo mundo levava sua marmita. Em vez de trazer a marmita separada. Colocava tudo junto, e todo mundo comia. (Depoimento do Seu Renato).

A obra foi finalizada em 1987 após muito aprendizado profissional, social, cultural, humano e político. Os depoimentos mostram como cresceu a solidariedade entre as famílias, no interior delas, umas com as outras e com os muitos companheiros com situação semelhante a deles e que ainda não conseguiram uma alternativa para sair da favela. O depoimento de Glória é emblemático desse aflorar da consciência política: **“A gente está contente. Só que tem muita gente pra trás. Por que 50 famílias? Isso aí é um pinguinho de gente, em matéria de tantos favelados que tem por aí”** (VAZ, 1987, p. 15).

Considerações finais.

O mais importante desse sistema de trabalho, o Mutirão, é que as pessoas mesmas administram a obra, é uma coisa própria, não tem Estado para mandar nem patrão. Na fábrica a gente dá a produção que o chefe quer. Aqui a gente se dá muito mais, não sente escravidão nem sente que está preso. Aqui a gente trabalha com vontade, sem estar num pavilhão fechado com barulho nos ouvidos, aqui é uma liberdade, um lazer (Depoimento de Irene (VAZ, 1987, p. 17), uma das entrevistadas do Mutirão da Vila Comunitária, em 1987).

A falta de troca de experiências é o argumento de Walter Benjamin (BENJAMIN, 1994) e Ecléa Bosi (BOSI, 1994) para o enfraquecimento da capacidade narrativa. Benjamin aponta o desenvolvimento técnico e Ecléa Bosi enfatiza o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e o primado da informação como causas para esse fenômeno. Informação que possui valor de uso instantâneo ao passo que é produzida comercialmente, com privilégio do valor de troca, para ser usada e logo descartada. Como tudo o que a burguesia constrói: feito para ser destruído, reciclado ou substituído na semana seguinte (BERMAN, 2007, p. 123).

A narração, cujo “veio épico é oral” (BOSI, 1994, p. 85), brota da experiência, que germina outras experiências nos escutadores e assim continuamente. Em pesquisa memorável sobre a memória de velhos, Ecléa Bosi postula que a sociedade de classes é maléfica com os velhos. Com a centralidade das relações sociais na mercadoria, que se renova, produz e reproduz incessantemente, os velhos são excluídos da produção, do consumo e da sociedade. A autora nos mostra, a partir de Jacques Loew, que o

envelhecimento é uma comunidade de destino, de que todos participamos, e que é preciso “que se forme uma comunidade de destino para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana” (BOSI, 1994, p. 38).

As memórias das entrevistadas coletadas, em 1987, e do Seu Renato, em 2012, um ano após finalmente terem conseguido a escritura das suas casas, possuem traços comuns que levam à rememoração, porque são memórias coletivas, sociais, com as particularidades e nuances que cada indivíduo carrega em suas marcas. Estão presentes porque ficam, significam e se ressignificam com o tempo. São memórias sociais que alimentam a cidadania ao fortalecer a identidade comunitária, a sociabilidade, a solidariedade e a consciência política da classe trabalhadora. E a comunicação popular se constitui dimensão estratégica e aliada política no processo da rememoração, sendo interlocutora sempre presente com suas imagens, palavras e narrativas ordenadoras do espaço e do tempo, que reanimam, reorganizam e fortificam as memórias sociais e coletivas.

As memórias e as ações não se bastam na representação da cidade, mas são construtoras da cidadania. A gente que viveu sob estruturas contínuas de nomeação, de regulação, de simbolização oficial também buscou o direito de superar a oficialidade de linguagem. Aliás, a cidadania não é fruto da representação da cidade, mas construção de novos sujeitos culturais, no que não obedece fronteiras (ALVES, 1999, p. 84).

Como momentos de calma da correnteza de um rio, essas memórias nos permitem enxergar com clareza o que está no fundo, na base. O trabalho, a cultura, a comunicação, as relações solidárias entre as famílias, os amigos, companheiros de luta e a Igreja aparecem como mediações centrais, como fios que se entrelaçam e ganham forma no árduo trabalho da memória. A experiência do Mutirão como processo comunitário de trabalho produtivo é de grande aprendizado pessoal e coletivo. A experiência relatada mostra também que o trabalho, quando executado como atividade criativa em benefício do trabalhador, com a consciência da construção, do produto e do trabalho, inspira e expira liberdade.

Referências bibliográficas

- ALVES, Luiz Roberto (1999). *Culturas do trabalho. Comunicação para cidadania*. Santo André: Alpharrabio Edições.
- BARBOSA, Marialva (2004). Jornalistas, “senhores da memória”? In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre-RS. Anais...
- BOSI, Ecléa (1994). *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

- BENJAMIN, Walter (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- BERMAN, Marshall (2007). *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- CALDART, Roseli Salete (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular.
- DANIEL, Celso (2001) *População é que decidirá destino*. In *Nosso Século XXI*. Santo André: Editora Livre Mercado.
- FIGARO, Roseli (2002). *Recepção da comunicação no mundo do trabalho: uma crítica à ação comunicativa*. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense*, n. 09, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/304/0>. Acesso em: 18/12/2013.
- HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- HARVEY, David (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HELLER, Agnes (2004). *O Cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOVARICK, Lúcio (2002). *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano*. In: *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*. São Paulo.
- LEFEBVRE, Henri (2000). *A produção do espaço*. Trad. Grupo As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos. Primeira versão: fev. 2006.
- LEFEBVRE, Henri (1977). *Estrutura social: a reprodução das relações sociais*. In: Martins, J. S. e Foracchi, M. (orgs.), *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos,.
- LE GOFF, Jacques (1990). *História e memória*. Campinas, SP: Unicamp.
- MARX, Karl (2010). *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MARX, Karl (2011). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Martin Claret: São Paulo.
- OLIVEIRA, Francisco de (2006). *O vício da virtude: Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. In: *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, 74, 67-85, março.

- MIAGUSKO, Edson (2011). Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 167-181, Jan./Abr.
- SADER, Eder (1995). Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima (2003). Urbanização e Fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Tese de livre-docência – Geografia Urbana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SCHMID, Christian (2008). A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre (tradução Marta Inez M. Marques e Marcelo Barreto). In: Goonewardena, K. (Ed.), *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre*. New York, Routledge.
- VAZ, Ana Luiza de Lyra (org) (1987). Mutirão da Vila Comunitária. A força da mulher na construção de 50 casas. Associação Comunitária de São Bernardo do Campo.

Notas

¹ Trabalho apresentado inicialmente no GP Comunicação para a Cidadania, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com o título: Presente no retrovisor: comunicação e memória do Mutirão da Vila Comunitária. Esta versão apresenta novos dados da pesquisa, sobretudo com relação à pesquisa bibliográfica sobre o mutirão e as relações da memória social e coletiva com a comunicação e o trabalho.

² Prof. na Universidade Nove de Julho – UNINOVE – na área de Comunicação Social. Doutorando em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação – PPGCOM – da ECA-USP. Linha de pesquisa de Comunicação, Cultura e Cidadania. Orientador: Prof. Dr. Celso Frederico. Publicou capítulos de livros, artigos e participou de congressos, seminários, encontros e grupos de pesquisa sobre comunicação, cultura, comunicação alternativa, culturas populares e política. Atualmente, pesquisa a formação de classe no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na espacialização, comunicação e socialização política. Email: pablobastos@hotmail.com; pablonabarrete@usp.br.

³ A literatura sobre o tema aponta que o grupo de origem é a “porta de entrada” para o movimento de mutirão por moradia, geralmente constituído a partir de paróquias da Igreja Católica (MIAGUSKO, 2011, p. 167). ⁴ Em pesquisa sobre culturas do trabalho da região do ABC Paulista, com foco em São Bernardo do Campo, Luiz Roberto Alves narra projeto desenvolvido nos últimos anos da década de 1970 e primeiros da década seguinte, através das Linhas Fundamentais da Ação Cultural, de Jorge Andrade, no qual se criou um arquivo regional de contos narrados no período por migrantes residentes na região. O autor constata que faltou às lideranças e administrações públicas entre 1976-1982 ouvir e trabalhar essas histórias nas políticas públicas de cultura.

⁵ Os mutirões do bairro Industrial e do Parque João Ramalho, ambos em Santo André, foram desenvolvidos com o apoio dos mutirantes do Mutirão da Vila Comunitária.

⁶ Seu Renato, como é chamado por todas e todos do local em que trabalha, é motorista do Jornal ABCD Maior, de São Bernardo do Campo, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos. A entrevista com

Seu Renato foi realizada no dia 25/10/2012, em padaria ao lado do Jornal ABCD Maior e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

⁷ Seu Renato guarda essa revista quase como um tesouro. Ficou bastante receoso em emprestá-la e quando o fez deixou uma série de recomendações para os cuidados que deveríamos ter com ela.

⁸ Não se pretende nesse artigo investigar as novas relações e formas de sociabilidade da Vila Comunitária no momento presente.

⁹ O alcance da ideia de estratégia está na totalidade, no conjunto das relações de força e poder que compõem o global. “Em resumo, Estratégia não é constituída nem por concepções admitidas por um “sujeito” genial, o Chefe, nem pela aplicação pormenorizada dum sistema doutrinal preexistente. Ela resulta sempre de um encadeamento de acasos e de necessidades sempre particulares: as confrontações de forças diversas e desiguais, repartidas por dois campos opostos (se houver três partidos em presença, a situação complexifica-se extraordinariamente). Os objetivos, os interesses, as vontades, as representações das diversas frações empenhadas na luta, as concepções dos dirigentes, tudo isso desempenha o seu papel” (LEFEBVRE, 1977, p. 243-244).

¹⁰ Dentre eles, podemos destacar dois movimentos sociais que fazem parte de nossas pesquisas: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Hip Hop. O primeiro se destaca no trabalho com a memória de lutas dos movimentos de trabalhadores do campo, mas também da cidade, que precederam o MST. E o segundo no trabalho com as memórias ligadas à ancestralidade africana, com as histórias de luta e produção simbólica dos negros e negras.

¹¹ O que ocorre inclusive no processo científico, imprescindível da memória, que evolui e ganha novos contornos com o conhecimento dos autores e suas teorias, proporcionando novos olhares sobre temas e mesmo sobre as experiências de vida pessoais.

¹² Essa foi a proposta de Ecléa Bosi para o trabalho de conclusão da sua disciplina Cultura e Memória Social: fazer e transcrever com fidelidade uma entrevista com alguém que tivesse mais de 60 anos e pudesse narrar um evento memorável em sua história de vida e que tivesse relação com a cidade. A disciplina foi cursada no Departamento de Psicologia Social da USP.

¹³ A pesquisadora Roseli Salete Caldart aponta duas principais matrizes culturais na gênese do MST: a camponesa - por ter sua raiz nas lutas do campesinato brasileiro – e a religiosa – pois a Igreja, sobretudo setores progressistas da Católica, mas também a Luterana, inicialmente através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), na década de 60, e principalmente, a partir de 1975, através da CPT (Comissão Pastoral da Terra), teve papel central na formação do MST (CALDART, 2004).